

2. PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADMISSÃO DE 10 POLÍCIAS MUNICIPAIS:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, nos termos do artº. 4.º do D.L. Nº. 209/2009 de 3 de setembro, a aprovação para abertura de concurso externo de ingresso, com vista à ocupação de dez postos de trabalho de agente municipal de 2ª. classe da carreira de polícia municipal previstos no mapa de pessoal de 2017, devendo o prazo de validade ser de um ano (artº. 1º do Dec. Lei nº. 204/98, de 11/07) e o prazo para entrega de candidaturas seja de 10 dias úteis, conforme artº. 32º. Do Decreto-Lei nº. 204/98, de 11/07.

Propõe-se ainda a seguinte composição para o júri do referido concurso:

- **Presidente:** - Maria da Graça Ribeiro;
- **Substituto do Presidente:** Isilda Castro;
- **Vogais efetivos:** Isilda Castro e Bárbara Magalhães;
- **Vogais suplentes:** Elisabete Fernandes e Elisa Amélia Coelho.



BRAGA
Município

Concl.
17-05-2017

Documento nº: I/32/DRH/2017

Data Registo: 03-05-2017

Assunto: CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA ADMISSÃO A ESTÁGIO DE POLÍCIAS MUNICIPAIS

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Luis Vaz

Endereço:

Utilizador: Graça Ribeiro (Dra)

Destinatário: Luis Vaz

Conhecimentos:

Data: 05-05-2017 18:50:01

Documento: I/32/DRH/2017

Concordo. Remeter ao Sr. Presidente, para os devidos efeitos.

Utilizador: Firmino Marques (Dr)

Destinatário: Graça Ribeiro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 03-05-2017 19:29:13

Documento: I/32/DRH/2017

A reorganização e alargamento de intervenção da PM no terreno, nomeadamente a abertura de um terceiro turno que possa responder às exigências de uma cidade em franca expansão, torna necessário o reforço dos seus quadros, pelo que numa primeira etapa e dando sequência à previsão do reforço do quadro de Pessoal para o ano de 2017, aprovado em reunião do Executivo e posteriormente em Assembleia Municipal deve o processo seguir para CONCURSO depois de recolhida a validação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Utilizador: Graça Ribeiro (Dra)

Destinatário: Firmino Marques (Dr)

Conhecimentos:

Data: 03-05-2017 13:04:09

Documento: I/32/DRH/2017

Concordo com a informação apresentada.

Ao Sr. Vice-Presidente, para recolha de informação, a submeter a despacho do Sr. Presidente.

Utilizador: Luis Vaz

Destinatário: Graça Ribeiro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 03-05-2017 12:54:37

Documento: I/32/DRH/2017

Para informar conforme solicitado.

Utilizador: Luis Vaz

Destinatário: Luis Vaz

Conhecimentos:

Data: 03-05-2017 12:38:44

Documento: I/32/DRH/2017

Criação automática de pedido



BRAGA

DMGAP / DRH – Departamento de Recursos Humanos

INFORMAÇÃO N.º I/32/DRH/2017

Referência	Data
O - GENÉRICO	03-05-2017
ASSUNTO: CONCURSO EXTERNO PARA ADMISSÃO A ESTÁGIO DE POLÍCIAS MUNICIPAIS	

1. O mapa de pessoal para o ano de 2017 elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 27 de novembro de 2016, prevê o recrutamento de dez agentes municipais estagiários;
2. De acordo com o artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, que dispõe que os procedimentos concursais das carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, revisão ou de decisão de subsistência, designadamente as de regime especial e os corpos especiais, onde se inclui a de polícia municipal, se regem, até à sua extinção ou revisão, pela disposições normativas que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2008, sendo aplicável o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como no n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro, redação atual;
3. As disposições normativas aplicáveis até 31 de dezembro de 2008, em matéria de recrutamento e seleção de pessoal, estão definidas no Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07, aplicado à administração local pelo Decreto-lei n.º 238/99, de 25/06, sendo que, nos termos do art.º 4.º deste Decreto-lei, compete ao Presidente da Câmara Municipal autorizar a abertura do concurso, e, consequentemente, designar o júri do concurso, fixar o prazo de validade do concurso e fixar o prazo para apresentação de candidaturas;
4. Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo;

Face ao exposto, submete-se à informação da diretora de departamento de recursos humanos e do vice-presidente da Câmara, responsável pela área da polícia municipal, tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, no sentido de:

- a. Propor ao órgão executivo municipal, nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, a aprovação para a abertura de concurso externo de ingresso para admissão de estagiários, com vista à ocupação de dez postos de trabalho de agente municipal de 2.ª classe da carreira de polícia municipal, previstos no mapa de pessoal de 2017;
- b. Que o prazo de validade do concurso seja de um ano, conforme art.º 10.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07;
- c. O prazo para entrega de candidaturas seja de dez dias úteis, conforme art.º 32.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07;
- d. O júri tenha a seguinte composição:

Presidente:

Daniel de Góes, R. Juana

Substituto do Presidente:

Irilda Costa

Vogais efetivos:

*Irilda Costa
Bárbara Raposo*

Vogais suplentes:

*Elisabete Fernandes
Elise Amélia Coelho*

O Coordenador Técnico

Luís Vaz